

**1º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE 2026**

1 Aos dezessete dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze  
2 horas, na sala de reuniões do Conselho, localizada no 10º andar do prédio do  
3 IPREMB, situado na Praça José Lino da Silva, nº 144 – Bairro Brasiléia – Betim/MG,  
4 reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência – CMP, estando  
5 presentes: o representante titular do Poder Executivo e Presidente do CMP Sr.  
6 **Antônio Sebastião Guedes**; a representante titular do Poder Executivo, Sra. **Ellen Ises**  
7 **Mendes**; a representante titular do Poder Executivo, Sra. **Tatiana Pinheiro Miranda**;  
8 o representante suplente do Poder Executivo Sr. **Leonardo Cardoso Alvarenga**; o  
9 representante titular do Poder Legislativo Sr. **Gerson Gomes da Silva**; o  
10 representante titular do Poder Legislativo Sr. **Cláudio Junior de Miranda**; a  
11 representante titular dos Aposentados e Pensionistas Sra. **Eliete de Cássia Brandão**; o  
12 representante suplente dos Aposentados e Pensionistas Sr. **Jomar Carvalho do**  
13 **Amaral**; o representante titular dos Aposentados e Pensionistas Sr. **José Eustáquio do**  
14 **Amaral**; a representante titular do Quadro dos Servidores de Betim - SINDSERB Sra.  
15 **Débora Dias Silva Costa**; a representante titular do Quadro da Educação – SIND –  
16 UTE Sra. **Andréa Deborah da Costa**; o representante suplente do Quadro da  
17 Educação – SIND – UTE Sr. **Alexandre Magno de Moraes**; com a participação do  
18 Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Betim Sr. **Alicio**  
19 **Umbelino** e convidados dos membros titulares e suplentes. A reunião teve como  
20 objetivo a análise da proposta de reforma da previdência. O Sr. Antônio Sebastião  
21 Guedes iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes e, em seguida,  
22 apresentou breve relato acerca da primeira exposição da proposta, realizada no  
23 gabinete do Prefeito Municipal, Sr. Heron. Na oportunidade, destacou que, após a  
24 apresentação, foi possível constatar que a situação do Instituto se encontra mais  
25 grave do que anteriormente se imaginava, evidenciando um cenário crítico. Em  
26 seguida, a Sra. Andréa Deborah da Costa pontuou que, em sua compreensão, o  
27 Instituto teria uma sobrevida estimada de aproximadamente dez anos após a  
28 implementação da reforma. Ressaltou, ainda, que a gestão anterior promoveu a  
29 redução da taxa de juros sobre a dívida da prefeitura de 1% (um por cento) para 0,5%  
30 (meio por cento), o que gerou impacto significativo nas finanças do IPREMB.  
31 Acrescentou que o Instituto foi instituído com uma dívida inicial de aproximadamente  
32 R\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de reais), valor que, segundo relatou,  
33 decorreu de cálculo equivocado, uma vez que, conforme avaliações atuariais  
34 realizadas à época, o montante correto ultrapassaria R\$ 300.000.000,00 (trezentos

35 milhões de reais), contribuindo para o agravamento do déficit. Destacou, ainda, que,  
36 durante a gestão do ex-Presidente, Sr. Bruno Ferreira Cypriano, foram adotados  
37 critérios contábeis que transmitiam a percepção de uma situação favorável do  
38 Instituto. Ressaltou que, nesse período, o Conselho não exerceu suas atividades de  
39 forma regular, o que, em sua avaliação, contribuiu para o cenário atual, no qual os  
40 impactos financeiros recaem sobre os servidores. Por fim, apresentou  
41 questionamentos acerca da proposta de reforma anteriormente exposta,  
42 manifestando preocupações quanto aos seus efeitos e à necessidade de maior  
43 aprofundamento nas discussões. Na continuidade, o Sr. Leonardo Cardoso Alvarenga  
44 destacou os imóveis listados para doação ao Instituto, ressaltando a importância  
45 dessa medida para o equilíbrio financeiro do IPREMB, e abordou a necessidade de  
46 realização de concurso público, enfatizando sua relevância para a recomposição do  
47 quadro de servidores e para o adequado funcionamento do Instituto. Em seguida, a  
48 Sra. Eliete de Cássia Brandão apresentou dúvidas sobre a possibilidade de migração  
49 para o INSS. Posteriormente, o Sr. Alexandre Magno de Moraes sugeriu a realização  
50 de estudo de segregação de massas, a fim de possibilitar a comparação entre  
51 cenários, sendo acompanhado por outros conselheiros, que também expuseram suas  
52 preocupações e sugestões em relação à proposta. Na sequência, o Sr. Helder, na  
53 condição de ouvinte, fez uso da palavra e manifestou indignação quanto à ausência  
54 de concurso público, ressaltando a necessidade de recomposição do quadro da  
55 educação. Dando prosseguimento, a Sra. Alice, uma das responsáveis pela elaboração  
56 da proposta, iniciou sua apresentação. Inicialmente, apresentou o objetivo da  
57 reforma, que consiste na adequação dos critérios de concessão e manutenção dos  
58 benefícios da previdência municipal, bem como das respectivas fontes de custeio,  
59 com a finalidade de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do IPREMB, em  
60 conformidade com a Emenda Constitucional nº 103/2019. Destacou, ainda, que a  
61 proposta prevê a revogação da Lei Municipal nº 4.275, de 2005, com a edição de Lei  
62 Complementar para reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.  
63 Na sequência, apresentou os benefícios previstos para segurados e dependentes.  
64 Quanto aos segurados, destacou a inclusão de dois novos benefícios no texto da lei:  
65 aposentadoria para servidores expostos a agentes nocivos e aposentadoria da pessoa  
66 com deficiência. Informou, ainda, a manutenção dos benefícios já existentes, quais  
67 sejam: aposentadoria por idade e tempo de contribuição; aposentadoria especial do  
68 magistério; aposentadoria por incapacidade permanente; e aposentadoria  
69 compulsória. Quanto aos dependentes, destacou a manutenção do benefício de  
70 pensão por morte. Prosseguindo, apresentou quadro comparativo entre as regras

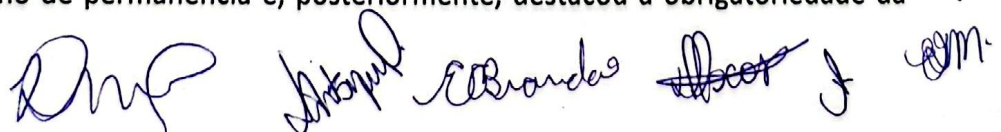
*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

71 estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, as atualmente praticadas  
72 pelo IPREMB e as previstas na proposta de reforma, destacando as idades mínimas e  
73 os tempos de contribuição exigidos, tanto nas regras gerais quanto nas específicas  
74 para o magistério e atividades insalubres. Ressaltou que a proposta apresentada é  
75 menos rigorosa que a prevista na referida emenda, enfatizando a importância de sua  
76 aprovação, em razão de seu caráter obrigatório e da situação deficitária do Instituto.  
77 Alertou, ainda, que, caso a proposta não seja aprovada no corrente ano, o Instituto  
78 poderá não obter o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, o que poderá  
79 acarretar impactos ao Município, especialmente quanto ao recebimento de recursos  
80 e financiamentos do Governo Federal. Em continuidade, a Sra. Alice apresentou as  
81 regras para o cálculo dos proventos, informando que a média contributiva será  
82 apurada por meio da média aritmética simples de 80% das maiores contribuições  
83 desde julho de 1994. Esclareceu que o valor corresponderá a 70% dessa média,  
84 acrescido de 2% para cada ano que exceder 20 anos de contribuição. Destacou,  
85 ainda, que, nos casos de aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de  
86 acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho, os proventos  
87 corresponderão a 100% da média contributiva, não podendo exceder a remuneração  
88 do cargo efetivo. Na sequência, foram levantadas dúvidas acerca da paridade, as  
89 quais foram devidamente esclarecidas pela Sra. Alice e pelo Sr. Glauco. Dando  
90 continuidade, o Sr. Glauco explicou as regras de transição, informando que se  
91 aplicam aos servidores que já estavam no quadro antes da reforma e que estão  
92 próximos de se aposentar, com o objetivo de reduzir o impacto das novas regras.  
93 Apresentou a regra geral, com idade mínima de 61 anos para homens e 56 anos para  
94 mulheres, tempo de contribuição de 35 e 30 anos, respectivamente, e 20 anos de  
95 serviço público, sendo o total de pontos obtido pela soma da idade e do tempo de  
96 contribuição, devendo alcançar até 100 pontos para mulheres e 105 para homens.  
97 Apresentou, ainda, a regra de transição especial para professores, com idade mínima  
98 de 56 anos para homens e 51 anos para mulheres, tempo de contribuição de 30 e 25  
99 anos, respectivamente, devendo alcançar até 100 pontos para homens e 92 para  
100 mulheres. Prosseguindo, explicou o financiamento do regime, informando a  
101 incidência de contribuição de 14% sobre a parcela dos proventos dos aposentados e  
102 pensionistas que ultrapassar o salário mínimo, sendo o tema debatido entre os  
103 presentes. Em seguida, abordou a contribuição patronal, com acréscimos de 6% para  
104 o magistério e atividades insalubres, e 2% para servidores com deficiência,  
105 destacando a necessidade legal de previsão de fonte de custeio. Na continuidade,  
106 tratou do abono de permanência e, posteriormente, destacou a obrigatoriedade da



107 implementação da reforma diante do déficit atuarial, sob risco de extinção do RPPS.  
108 Apresentou as consequências dessa eventual extinção, como a migração para o RGPS,  
109 limitação de benefícios e impactos fiscais ao Município. Ainda, abordou as  
110 disposições finais da proposta e reforçou a importância do CRP, ressaltando que sua  
111 ausência impede o recebimento de recursos federais e a celebração de convênios.  
112 Por fim, concluiu sua apresentação destacando a obrigatoriedade da reforma, a  
113 necessidade de equilíbrio financeiro e a preservação do IPREMB, como forma de  
114 garantir o pagamento dos benefícios e a estabilidade financeira do Município de  
115 Betim. Após a finalização da apresentação, foram levantadas dúvidas, as quais foram  
116 devidamente esclarecidas pelos apresentadores. Em seguida, o Sr. Alexandre sugeriu  
117 a realização de estudo de segregação de massas, ocasião em que houve discussões  
118 sobre o tema. A Sra. Poliane apresentou dados sobre a quantidade de aposentados,  
119 servidores ativos, volume de contribuições, remuneração média desses grupos, entre  
120 outros. Posteriormente, foi submetida à votação a realização do estudo de  
121 segregação, com base nos anos de 2003 e por volta de 2015, conforme estudos  
122 técnicos a serem elaborados, ficando acordado que o tema será novamente  
123 analisado pelo Conselho. A solicitação foi aprovada por unanimidade pelos membros  
124 presentes, já citados acima. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Guedes encerrou a  
125 reunião. Para constar, eu, Helen Patrícia Dias Briante, lavrei a presente ata, que, após  
126 lida, será aprovada e assinada pelos presentes.

127

**Assinatura dos presentes:**

